

A BATALHA

O UNICO RECURSO

Mal surgiram os primeiros indícios da especulação desenfreada que algumas centenas de criaturas sem escrúpulos iam provocar artificialmente, anunciaram-se, com a retumbância usual, medidas do Estado tendentes a defender o consumidor contra um criminoso assalto às suas bolsas.

As medidas que se dizia irem em breve ser postas em prática não ofereciam a menor novidade: eram já nossas velhas conhecidas dos odiosos tempos do durante e após a guerra. Tinha-se nessa altura constatado a sua ineficácia; os assambradores manobravam inteiramente à vontade sem que essas medidas constituíssem o menor entrave à sua actividade perigosa e criminosa.

Depreendemos nós, depreendemos todos os consumidores, ao simples anúncio dessas medidas, que os assambradores iam repetir os seus odiosos maneios do tempo da guerra. E de facto assim aconteceu. O custo do azeite pulou rapidamente de seis para doze escudos a pesar do tabelamento desse género ter sido anunciado publicamente.

Outros géneros também subiram de preço. A esses nem sequer foi aplicado o tabelamento. Para quê? O exemplo do azeite, que, a pesar de tabelado, subiu de preço como se o não estivesse, era já de si bastante significativo. Os tempos em que o consumidor podia justificar com a sua boa fé a sua credulidade já passaram. Hoje essa credulidade não tem razão de ser, tanto mais que os expedientes de que ultimamente se lançou mão para o ludibriar são, além de grosseiros, velhos e desactualizados.

O assambrador é soberano absoluto e o seu domínio só poderá acabar quando as suas vítimas tomarem contra ele a ofensiva que os seus actos criminosos merecem.

Essa ofensiva impõe-se. O agravamento do custo da vida deu-se exactamente no momento em que os industriais provocaram a baixa de salários e, pela sua inépcia aliada ao seu egoísmo, desencadearam a espantosa crise de trabalho que atingiu muitos milhares de trabalhadores.

Esse agravamento é por essa circunstância ainda mais criminoso do que no tempo da guerra, visto que então os salários estacionavam ou se elevavam.

Não é demais repetir que não há a menor razão para a especulação que se está fazendo. Ela constitui um abuso, um abuso descarado que necessita ser, com a maior energia e com a maior urgência, castigado. Que todos os trabalhadores saibam nesta emergência cumprir o seu dever, preparando-se para repelir altivamente esse bando de abutres que o está devorando!

O Suplemento de "A Batalha" inicia amanhã o seu IV ano

Com o seu número 158 inicia amanhã o seu IV ano de publicação o Suplemento Literário de A Batalha. No aspecto gráfico introduziram-se melhoramentos que tornam a nossa publicação devesa atraiante.

O sumário recomenda a leitura do número que amanhã se publica. Ladislau Batalha demonstra como os grandes impérios corrompem os povos; Júlio Eduardo dos Santos fecha a sua admirável carta a uma criança de oito anos; de Luis Bastos uns harmoniosos versos contra o sinal da cruz.

Roberto Nobre oferece-nos uma caricatura bem inspirada por bom humor. O Inquérito acerca da actividade profissional da mulher e as actualidades da semana ilustram este número do Suplemento.

Depois, opiniões dignas de análise sobre feminismo e sobre o problema social, além de uma conferência da desassombrosa professora D. Judite Parente acerca dos jardins de infância.

E por fim as habituais secções. Tudo isto torna o número do Suplemento de A Batalha muito interessante.

Ação do álcool sobre a inteligência e o trabalho

O operário alcoólico deixa na taberna metade das férias.

O consumo do álcool é representado por uns poucos de mil contos. Os dias de trabalho perdidos representam quantia igual. A qualidade do trabalho diminui no alcoólico. A inteligência, a iniciativa, a habilidade técnica e a força corporal dos alcoólicos, tendem a desaparecer. O tremor do alcoólico torna-o incapaz de fazer trabalhos delicados.

Debaixo da influência do álcool, o operário produz menos; pela abundância de braços, ganha menos; daí, a pobreza: 1.º para o operário; 2.º para o patrão, que não pode executar, a tempo, as encomendas; 3.º para o país, que não pode competir com o estrangeiro.

"A Batalha" vende-se em todas as tabacarias

UM SALTO DE TIGRE

Como os Pereira da Rosa intrujaram a U. I. E., que só teve a sorte que merecia

História duma burla—Como se agitam as multidões—Os "meneurs" e os seus designios—A conquista da Associação Comercial—A manobra envolvente ao "Século" e o mais que adiante se verá

Dissemos que talvez hoje tivéssemos a coragem bastante para contar a história completa do assalto que ao Século fizeram Pereira da Rosa, Carlos de Oliveira e Moisés Amzalak. E temos-a. Hoje não reamos os desfechos do chefe do bando que arranja os dentes a todo o mundo quando pretende ferir-lo no que ele tem de mais sagrado no mundo—o estômago.

Os leitores lembram-se—estas coisas não esquecem facilmente—do célebre movimento das chamadas forças económicas contra a lei do selo. Pois bem, a preparação do salto de tigre, realizado prodigiosamente pelos homens que hoje governam no Século, foi premeditado algum tempo antes desse movimento.

Houve, como se sabe, em princípios de 1924 uma assembleia geral célebre na Associação Comercial de Lisboa. Antes dessa assembleia, Carlos de Oliveira, Pereira da Rosa, Amzalak e Alfredo Ferreira, acolitados por Roque da Fonseca que desde há muito mendigava um lugar de director em qualquer associação, desenvolveram uma campanha surda contra a direcção existente, que, a pesar de surda, fez-se ouvir mais tarde com fragor.

Nessa assembleia célebre triunfaram. De mistura com outros, foram eleitos directores, e só ficou de fora Alfredo Ferreira que fez o seu joguinho muito por alto.

Porque faziam tanto empenho aqueles cavalheiros em instalar-se na direcção da Associação Comercial de Lisboa? Ninguém o sabia então—mas é o que se vai saber agora.

Os acontecimentos favorecem os aventureiros

A sorte bafejava os aventureiros. Pouco tempo depois surgiu o conflito da lei da selagem. Os bons comerciantes indignaram-se contra o governo. Os aventureiros, que já eram os mentores da classe, esfregaram as mãos de contentamento e aproveitaram a ocasião para preparar mais alguns degraus.

Agitaram, gritaram, mostraram-se como

deuses da classe comercial, dispuseram-se a todos os martírios. E os comerciantes que tanto martírio infligem ao povo sem se moverem, comoveram-se ante a abnegação de Rosa, Amzalak e Oliveira—os três irmãos unidos no sofrimento para redimir o "honrado" comércio.

Al por alturas de Julho e Agosto de 1924, o conflito ardia já em labaredas de revolta. E eles, achando oportuno o momento para executar o seu plano maquiavélico, sopraram na fogueira. Chegou o momento solene das grandes resoluções. E começa-se a entrever através da fumaça do incêndio a primeira ambição dos cavalheiros.

Mais um passo para a gamela

Realiza-se então uma grande reunião de 120 associações burguesas do país. E eles lá estavam, sempre activos e sempre unidos, seguidos de perto pelo Alfredo Ferreira que se julga orador, coitado. Foi resolvido delegar em cinco associações económicas de Lisboa a defesa dos seus interesses ameaçados pela aludida lei da selagem. Para esse efeito cada uma das cinco associações nomeou os seus delegados os quais constituíram a comissão de defesa que, acto contínuo, tomou aquela resolução violenta que está ainda gravada na memória dos operários como um exemplo de rebeldia a seguir: encerrar o comércio e a indústria em sinal de protesto, isto é, fazer greve.

Comentámos então esse gesto de indisciplina que os comerciantes e os industriais tanto censuravam e censuram nos operários. E estes, os três irmãos unidos, iam pouco a pouco realizando o seu plano.

Ocultos designios que se desvendam

Eis-nos chegados ao momento decisivo. Em plena luta, que já lá cansando alguns burgueses pouco habituados a danças, eles iam preparando terreno onde mais tarde medrariam os seus designios. Insinuou-se então que a causa das chamadas forças económicas não chegaria a bom termo sem que se possuísse um órgão forte e aguçado na imprensa da capital.

Eram os três irmãos unidos que se agachavam para dar o grande salto. A breve trecho verificou a comissão a necessidade de adquirir o Século. O Século que se alugara a tanta gente ia ter finalmente um dono certo—a jovem União dos Interesses Económicos que os Pereiras da Rosa traziam fechada na mão, como instrumento dócil dos seus caprichos, mercê da boa fé lorde dessem comerciantes que, sabendo enganar o povo, tão facilmente se deixavam enganar por três aventureiros.

Eles compraram o Século em nome da U. I. E., compraram as acções que ainda não pagaram embora as tivessem vendido e recebido o dinheiro aos componentes da aludida U. I. E. E por fim, com as acções que não pagaram, acabaram por dar um golpe de apache e entrincheiraram no Século—empalmam o Século à U. I. E., chamando-lhe seu. A história deste último golpe é longa e edificante. Ficará para o próximo artigo.

Terminamos hoje por chamar a atenção dos leitores para a qualidade dos três irmãos unidos na "estrangerinha" e para a paciência evangélica—que pode muito bem ser cordial—das associações comerciais, industriais e agrícolas que sendo de facto os verdadeiros proprietários do Século permitem que ele esteja nas mãos de quem o furto.

E está U. I. E., a organização terrível com que se queria amedrontar o operariado. Onde está a grande força burguesa? Então as grandes forças económicas são aquela fraqueza que se está vendo? Pode, portanto, o povo trabalhador dormir descansado. O pior é que eles, os burgueses que se acorpiam ante os Rosas que os roubam, são barmante a ferocidade e a crueldade de infinita para com os pobres trabalhadores que lhes caem nas mãos.

Os Rosas e as Uniões de Interesses Económicos são todos dignos uns dos outros.

Era para conquistar o Século, esplêndido instrumento de negócios escuros, que o trio sinistro tanto se empenhou em trepar, na célebre assembleia geral de princípios de 1924, a direcção da Associação Comercial de Lisboa.

ANGOLA E METRÓPOLE-BANCO DE PORTUGAL

Os bons amigos do Banco emissor deram conselhos, mas os "inocências", julgando-se espertos, desobedeceram e fizeram fiasco

«Não vão a Haia!»—dizia-lhes o protector Alves Ferreira. «Não vão a Haia!»—gritava-lhes o dr. António Osório, patrono do Banco de Portugal. E eles foram para mostrar à Europa que eram culpados

Como eles se aliam e amparam

Dia a dia, hora a hora a campanha de A Batalha vai-se confirmando. Em artigos documentados provámos formalmente o que é e o que vale esse caso de burlas e falsificações do ainda considerado Banco emissor do continente e das ilhas.

Os governos fizeram orelhas moucas às nossas ajuizadas palavras—e como nós acusámos os Inocências e os Motas Gomes de crimes repugnantes, deram-lhes honras e dispensaram-lhes protecção. Fizeram bem os governos porque confirmaram com a sua complacência a irrefutável verdade de que na sociedade capitalista todas as suas instituições se amparam e empenham na manutenção dos privilégios burgueses, ainda os mais iníquos, os mais degradantes.

Por isso Alves Ferreira foi nomeado por António Maria, o presidente do ministério de então, para encobrir, e não para descobrir, as responsabilidades do Banco de Portugal. António Maria, Marques Guedes e todos esses abutres da política sabiam bem o que Alves Ferreira podia fazer. Conheciam-lhe o carácter. Ele tinha dado as suas provas em 1908, quando exibiu no governo civil as suas «explêndidas qualidades». Ele não recua perante nenhum obstáculo e os seus escrúpulos morais só poderão ser suplantados pelos dos dirigentes do Banco emissor—de notas triplicadas.

Alves Ferreira, no processo do Angola e Metrópole, procedeu como no do regidório Jerónimo de Sousa, e sob a inspiração sábia do Banco de Portugal, os documentos que foram exportados para Haia, a fim de fazer condenar Marang, mas parece que nos tribunais holandeses não produziram, pelo que se viu, grande efeito. Foi trabalho baldado...

Quanto custa uma desobediência

Só uma atitude teve Alves Ferreira, quanto a nós, digna da honrosa missão... Prestamos-lhe justiça. Ele aconselhou Inocência, Mota Gomes e Fernando Emílio da Silva, a não irem a Haia a fim de evitar o desastre. Eles que não de sempre fazer asneira, resolveram ir—e estenderam-se ao comprido. Quanto custa uma desobediência?

Suplemento Semanal ilustrado de "A Batalha"

Encontra-se já à venda o primeiro ano deste interessante semanário, devidamente encadernado, numa ótima capa em percalina ilustrada a cores, por Alonso, contendo um indispensável índice dos variados assuntos de ordem doutrinária, literária e artística.

O seu preço é 1 volume com 420 páginas, 45\$00.

Encadernação (por capas e índice) 20\$00.

Capas e índice em separado, 15\$00. Pedidos de colecções, ou envio destas para encadernação, à administração de A Batalha.

quarto, porque em rigorosa incomunicabilidade é que ele se curavam!

—E o sr. Frederico Vilhena não sabia do que se passava?

—Sabia perfeitamente. O que se fazia na minha casa, tinha-se feito na sua, no primeiro andar, por cima onde estamos.

E prosseguindo:

—Como não me convinha aquele espectáculo na minha casa eu resolvi acabar com ele, dando por findo o contrato de aluguer do quarto. E em 15 de Abril do corrente ano, três meses depois, a pobre louca saía de minha casa e acabavam os negócios com D. Adelaide Vilhena.

Quisemos saber se a doente tinha assistência médica. E a nossa entrevistada disse-nos:

—Nos três meses que a doente esteve em minha casa o dr. António Augusto Fernandes só cá veio duas vezes e com pouca demora.

A concluir:

—De resto ele não fazia cá nada. A doente estava encerrada no quarto, sem ver qualquer pessoa de família nem respirar outra atmosfera. Era assim que queria a sr. D. Adelaide...

Estava terminada a entrevista. D. Lisanda de Oliveira fornecerá os admiráveis elementos. E iguais serão os que o leitor vai apreciar, na terça-feira, fornecidos por uma outra pessoa conhecedora do escuro caso.

Os nossos colaboradores

Na próxima terça-feira, A Batalha publicará um interessante artigo do nosso camarada Alexandre Vieira, subordinado ao tema Há então três sindicalismos? Com a sua apreciada sapiência, Alexandre Vieira trata uma das questões que mais se agitam na organização operária.

A seguir, já na próxima quarta-feira, A Batalha publicará um artigo do nosso camarada José Carlos de Sousa, que no seu trabalho defende com muito brilho e elevação as suas doutrinas de anarquista em face do sindicalismo revolucionário.

Ambos os artigos, se bem parecendo divergentes, recomendam-se à atenção do operariado e à curiosidade dos estudiosos e também de quantos acompanham o desenvolvimento das questões sociais.

O MANICÓMIO MISTERIOSO

O "clisteropata" do Arco do Cego tinha um quarto alugado no prédio da rua Pereira Carrilho onde meteu uma louca e a sujeitou a um regime bárbaro!

Um leve olhar retrospectivo — Uma entrevista com a arrendatária do quarto que serviu ao sequestro da louca — As condições em que foi feito o contrato de aluguer — Os instintos felinos da mulher do "clisteropata" — A assistência médica e o que facilmente se encontrará

Ora vamos lá serenamente desembaraçar a meada que envolve o «Manicómio Misterioso». Hoje é domingo, e irritar a questão seria roubar o bom humor do leitor.

Dissemos ontem que a polícia interviu. Nada temos nem missão combater todas as chagas sociais a fim de o público não ser vítima delas. Foi o que fizemos neste caso.

Um cavalheiro qualquer anunciava para a rua do Arco do Cego, 17, 1.º, a recepção de loucos, garantindo possuir atestado de curas feitas na sua casa. Fomos lá, e esse indivíduo, durante a meia hora que durou a nossa conversa, teve todo o cuidado em ocultar o local do Manicómio. Ficámos sabendo todavia que o anunciador não residia na casa do Arco do Cego, mas numa outra, próximo do largo do Leão. Porque ocultava aquele homem este facto? Mistério! E mistério que nos levou a grandes investigações.

Quando à terapêutica aplicada pelo homem do Arco do Cego ela é de um cómico irresistível. A loucura cura-se obrigando o paciente a evacuar todos os dias! Os loucos curam-se encerrando-os num quarto e não os deixando comunicar com o exterior! Garantii ao nosso «reporter» aquele indivíduo. Porisso estávamos em presença de um caso grave. Tínhamos na nossa frente um autêntico «clisteropata», visto que obrigava os seus doentes a um regime de clisteres para eles evacuarem...

E por isso viemos para as colunas deste jornal, dos raros que tratam desassombadamente destes casos, combater as ambições do «clisteropata» e prevenir o público de um grande perigo. Surgiu então a polícia, e a confusão aumentou. As investigações incidiram sobre a casa do Arco do Cego.

Como o leitor verificou, pela leitura dos nossos artigos, a casa do Arco do Cego servia apenas de consultório do «clisteropata». Porém os doentes eram internados numa casa da rua Pereira Carrilho. Porque convergiam as atenções para o improvisado consultório e deixaram em paz o edifício do «Manicómio Misterioso»? Mistério, que talvez ainda desvendamos. Porque se está a ouvir pessoas sobre a «casa de saúde» do «clisteropata» possuiu no Campo Pequeno? Porque não se inquiria das pessoas que tiveram parentes na casa da rua Pereira Carrilho sujeitos a sequestro e à estranha terapêutica de clisteres? Mistério que também explicaremos.

A inocência do "clisteropata"

Entretanto, vamos revelando aos leitores mais pormenores sobre a «clínica» do sr. Frederico Vilhena—o «clisteropata»—para que o leitor—e só para isso—conheça toda a verdade.

Nós entendemos que era ainda a rua Pereira Carrilho o melhor campo para as nossas operações. No 1.º andar do n.º 42 daquela rua é que está instalado o «Manicómio Misterioso». Logo seria ali, no mesmo prédio, que o repórter tinha de voltar nem que para isso tivesse que sujeitar-se ao regime do Manicómio...

No primeiro pavimento desse prédio há um lugar de hortaliça. Uma moçoila simpática, olhar vivo e gaio, sorriso a brilhar-lhe na fronte, recebeu-nos amavelmente. —Desejava alguma coisa?—preguntou-nos.

—Queremos falar à sua patroa!

A nossa interlocutora subiu um pequeno lance da escada e anunciou-nos.

E minutos depois uma senhora elegante, algumas câs a olhar-lhe a cabeça, laivos de beleza a iluminarem-lhe o rosto, assumiu à porta.

—V. Ex.ª é a sr.ª D. Lisanda de Oliveira?

—Inquirimos.

Obtida resposta afirmativa, a nossa colutora convidou-nos a entrar. Sabíamos que naquela casa, o sr. Frederico Vilhena e sua mulher Adelaide Quadros Vilhena tiveram loucos internados. Na qualidade de arrendatária queríamos saber da boca de D. Lisanda em que condições o «clisteropata» tinha internado ali os loucos.

A ferocidade de uma anormal

Na saleta onde a entrevista se realiza respira-se um ambiente pesado. A nossa interlocutora ouve-se silenciosamente, quase com êxtasi. Não perde um único movimento nosso. Quando não apreende uma nossa declaração inquirir. Percebemos que ela quer responder com segurança. Primeira fase da entrevista:

—O sr. Frederico Vilhena teve na sua casa algum louco?

—E' conveniente explicar-lhe o que se passou entre mim e o sr. Frederico Vilhena e sua mulher.

E a explicação não tarda:

—A mulher daquele cavalheiro propôs-me, em princípio de Janeiro do corrente ano, o aluguer de um ou mais quartos. Como os tinha disponíveis entrei em ajuste com essa senhora. Aluguei-lhe, primeiramente, um quarto por 100\$00.

—Para quê?—atálhamos.

—Já lhe explico. Alugado o referido quarto, a D. Adelaide, um belo dia, em 27 de Janeiro, entrou-me pela porta dentro com uma pobre senhora que eu vim a verificar que estava louca.

—E depois?—inquirimos imediatamente.

—O meu quarto passava a ser cela de doentes. A pobre senhora ia ser metida naquele quarto por ordem de D. Adelaide Quadros Vilhena.

—Mas quem era essa senhora?

—Uma doente que estava internada na casa do sr. Vilhena, pelo tratamento da qual o seu esposo pagava determinada mensalidade.

—E como era tratada a internada?

Amarrados à cama bárbaramente!

Segunda fase da entrevista. Vai provar-se como houve sequestro e como eram tratados os doentes. Avalie o leitor o requinte de barbaridade dos «clisteropatas».

—A minha hóspede, D. Adelaide, contratara, então, uma criada para vigiar a pobre louca. Essa criada era classificada «enfermeira», mas de enfermagem nada percebia. Acompanhava a doente e satisfazia-lhe todos os caprichos.

—Mas ainda não nos disse como eram tratados os doentes!—dissemos.

Com a sua impecável serenidade, D. Lisanda vai prosseguindo:

—O contrato de aluguer do quarto foi ampliado. A sr.ª D. Adelaide Vilhena pagava agora 300\$00, duzentos pelo aluguer da louca e da «enfermeira», e cem pelo quarto. Como vê era uma insignificância.

E sem uma única inflexão de voz:

—Quando eu lhe observei essa insignificância a sr.ª D. Adelaide disse-me: «Não posso pagar mais. O marido da doente paga-me pouco. Olhe: de os restos de comida à minha «enfermeira». Eu não posso pagar mais.

—A doente tinha liberdade de receber os seus parentes ou safi?

—Não, senhor. A «enfermeira» tinha ordens terminantes para não deixar a doente sair do quarto.

—E quando a «enfermeira» se retirava?

—Recomendava-lhe a sr.ª D. Adelaide que amarrasse à cama a doente. Que lhe enfiasse o coleto de forças. Que a reduzisse à impotência!

—?

—A sr.ª D. Adelaide era bem expressiva. Por isso a doente quando a via enlucra-se. Chamava-lhe bruxa!

Um verdadeiro sequestro

—E o quarto estava chapeado, gradeado, ou revestido contra qualquer eventualidade?

—Porque eu não deixei. Um dia essa D. Adelaide dispunha-se a colocar nas portas cadeados para encerrar hermeticamente a doente a dispensar a «enfermeira». Eu opuz-me e houve conflito.

Terceira fase da entrevista. O leitor vai conhecer qual a liberdade de que gozava a doente. Olça:

—Um dia eu levei a doente ao meu jardim. Pois lá caíndo Troia. A sr.ª D. Adelaide, como possuía, disse-me das boas: não consentia que os doentes saíssem do

cial... Razão tinha o bom juiz investigador. Vejam lá se Régio Chaves lá pôs os pés? Todo o cuidado é pouco e poderia surgir por lá algum número de A Batalha que lhe descobrisse o furto das libras que ele miseravelmente entregou aos Bancos...

Até o dr. António Osório, um dos que mais conservadora e burguesamente serve e respeita o Banco de Portugal, achou que os directores do Banco emissor mal andaram em defrontar-se com os juizes holandeses—que são maus como as cobras. O dr. António Osório conhece-os bem.

"Argus" arguto ou arguido?

Vá lá hoje mais uma novidade—absolutamente inédita—para que os leitores saibam como se manobra a opinião pública na sombra. Sabem quem é o Argus que assina os telegramas e crónicas enviados de Haia para o Diário de Notícias? É Fernando Emílio da Silva, director do Banco de Portugal. Está explicada a razão da imparcialidade das suas reportagens e o motivo por que, pelas informações daquele jornal, os homens do Banco emissor fazem sempre linda figura e Marang se contradiz constantemente.

O dr. António Osório (e nós hoje a embarrarmos com ele, sans rancune, é claro!) que é patrono e zelador da probidade pessoal e profissional dos directores do Banco emissor não anda contente porque eles constantemente se descobrem e desmancham. Foi aquele advogado quem mais atacou o sr. Fernando Emílio da Silva nas assembleias gerais da Companhia de Caba-da e quem o arrancou do conselho de administração da referida companhia, porque o «probo» herói de Haia andava por lá a fazer habilidades que poderiam terminar como terminaram as suas acrobacias na Sociedade Exportadora e Importadora da Guiné—num processo de burla no Tribunal do Comércio.

E não sabe a gente se ele é «Argus» arguto ou arguido de toda a espécie de patifarias.

As consequências da influência burguesa

Mas veja o leitor a que baixezas e degradações se desce em Portugal. Fernando Emílio da Silva, um dos de «honrabilidade indiscutível», duas vezes célebre, uma no Tribunal do Comércio, outra no de Haia, é agora um arguto jornalista do jornal do farelo e, como a moagem que envenena o corpo, envenena o espírito dos pobres leitores.

Repare-se na gravidade destes acontecimentos. A imprensa, que é uma arma terrível, está nas mãos de gente desta espécie, fomentando opinião favorável aos crimes mais nojentos, protegendo os burlões do Banco emissor, fazendo o jogo do cambio político financeiro que tomou conta do país.

O predomínio capitalista é formidável como agente de corrupção. E se há algum que o duvide, que analise conscienciosamente estes factos—e verá a que conclusões chegará.

O CASO DA FIGUEIRA DA FOZ

Um manifesto e uma resposta a uma nota oficiosa

COIMBRA, 3.—A mesma bruma artificial, que o envolvia no começo, continua envolvendo o nefando caso de assalto e desfiliação duma menor de 16 anos, ocorrido no jardim da residência do sr. Fernando Mendes, gerente do Banco Ultramarino, caso de que A Batalha largamente se tem ocupado.

Um agente da Polícia de Investigação de Lisboa, José Augusto, moderna encarnação de Sherlock-Holmes que, em face da enérgica campanha de A Batalha, a autoridade administrativa da Figueira da Foz se viu forçada a chamar àquela cidade, retirou-se já há bastantes dias para a capital, sem que tivesse conseguido desembaranhar este caso da intrínseca teia em que alguém, interessada mas inabilmente, gastou esforços a impegá-lo.

Flagelando a parcialidade das autoridades a que a investigação deste nefando caso tem estado confiada e vergastando o procedimento anti-humano daquele que a vítima e a opinião pública apontam como autor desta tenebrosa façanha—o dr. Diego Xavier, e do seu suposto cúmplice—apareceu há dias na Figueira da Foz um manifesto com o título de «Carta aberta ao dr. Diego Xavier e seu suposto cúmplice, o visconde de Montalvão, que provocou grande celumna. Transcrevemos a chave com que abre o referido manifesto:

«Senhores: Deixei que lhes prendamos aqui os comentários à vossa façanha nefanda, a todos os títulos revoltante, imprópria de pessoas que se prezam e que têm a estulta pretensão de se suporem conscientes.

Deixei pois falar da vossa perfídia, que traz intimamente revoltada toda a população desta terra; deixei que toda a gente vos indique o caminho que deveis seguir, que é o caminho que seguem todos os criminosos. Ide para as regiões insópidas da África queimar a epiderme com os raios dardantes daquele sol abrasador.

Ide, finalmente, habitar com as hienas, com os tigres, com os chacais, visto que sois indignos de viver entre gente honesta, proba e civilizada.

Com este empenho hediondo, a Figueira da Foz está emporcalhada.

Logo que o manifesto chegou ao conhe-

ONTEM E HOJE

O ANTI-CLERICALISMO

Em O Mundo o sr. P. G. descreve dia-riamente as suas impressões, provocadas por aspectos da hora presente, focando-os com precisão e recordando factos do passa-do para tirar ilacões, sob o ponto de vista doutrinário perfilhado, que, diga-se de pas-sagem, poucas vezes é o nosso.

Lêem-se essas crónicas com prazer. Há nelas oportunidade, sobriedade de forma e de conceito e coerência muito para louvar.

As impressões de 25 do mês findo dizem respeito à reacção religiosa e nelas se evoca o passado um facto que, embora de vez em quando recordado, vai a caminho de ser esquecido: A propaganda da República foi toda feita sobre uma base inteiramente anti-clerical.

Recordemos os tempos em que a voz in-flamada dos propagandistas republicanos se-ndeuza o proletariado, que acorria aos comi-cios na esperança de melhores dias, na quasi certeza de ver a efectivação dos seus ideais antecipar-se por uma série de realizações progressivas, de que a República seria o melhor e mais eficiente fautor.

Quando os malefícios do clericalismo eram visados, quando os perigos que dele advinham para a organização social futura eram trazidos a propósito, quando factos concretos da sua influência e provas das suas preleções eram postos à apreciação de todos, a multidão vivava, frases de in-ignação rompiam, mostrando que bem no íntimo de cada um havia a consciência da necessidade de lutar contra esse inimigo, de o aniquilar.

Em todos os recantos da terra portuguesa encce chegava a imprensa republicana e operária, se ia avolumando a onda anti-clerical, que nascera dezenas de anos atrás sob a influência dos primeiros liberais.

E o povo trabalhava para uma república, e não era anti-religiosa, porque a todos deixava a liberdade de seguir no seu íntimo uma religião, mas que era incontestavelmente anti-clerical.

Esta orientação franca e vigorosamente marcada foi de pouca duração. A propaganda cessou, como se o seu fim tivesse sido unicamente proclamar a República e não democra-tizar o país. Os correntes interesses provaleram-se sobre o idealismo republicano. Um arrendido de satisfação de reivin-dicações operárias foi seguido de alternan-tivas de esquecimento e de agressão e sem-pre de ingratidão para esses batalhadores da primeira hora da República.

A acção agressiva dos agentes clericaes em breve se respondeu com a condescen-dência e a contemporização e quando estes entraram no caminho da invasão subreptícia, os governos fecharam os olhos e por fim capitularam. A república deixou de ser anti-clerical.

Delimitaram-se os campos, o republicano e o extremista, já não há inimigo comum. O inimigo é só nosso.

E possível que na fragmentação das forças republicanas, a que temos assistido, alguma haja que se aproxime, com boa fé do proletariado e que seja sinceramente anti-clerical. As desilusões têm sido, toda-avia, tão dolorosas que a máxima reserva se impõe e é de elemental prudência esperar actos que venham em confirmação das pa-lavras e definir com precisão situações esboçadas.

O que pretende a Igreja?

A Igreja, por um lado, quer ter tantos súbditos quantos os indivíduos que consti-tuem a humanidade; e para ela uma obriga-ção divina caminhar sem tréguas para esta conquista. E, por outro lado, em cada um dos indivíduos, que a professam, a religião do Cristo pretende ter os mais completos direitos, quer reinar sem partilha na alma de quem a ela aderiu...

Em superficialidade e em profundidade as pre-tensões da Igreja são imensas. Ela quer es-tender-se até aos mais recuados confins do mundo e penetrar nos mais íntimos re-cessos do indivíduo. Tal é a sua missão e tal, por consequência, o seu direito (Goyau: Le Vatican. Les papes et la civilisation, Pa-ri, 1925, p. 4).

A Igreja aspira, portanto, ao domínio universal.

Leão XIII na encíclica *Immortali Dei* afirma esse domínio como directo nas matérias espirituais. Mas a Igreja arroga-se um poder indirecto nas matérias temporais ou po-líticas, impondo a sua autoridade à cons-ciência dos fiéis.

«Per vezes as leis civis podem tornar-se para os fiéis ocasiões de pecado e compro-metter a sua salvação eterna. Desde então a Igreja tem o poder de intervir, de condenar estas leis e de impor aos fiéis a sua não observância» (Prunel: L'Eglise, Paris, 1925, p. 193).

L'í invasão declarada do domínio tem-poral, qualquer que seja o eufemismo em-pregado, não só declarada mas também realizada. Lciam-se as frases de Bonghi, referidas com ufania por A. S., em Dezem-bro de 1903 no «Novo Mensageiro do Coração de Jesus» e observe se com aten-ção do administrador do concelho, sr. Joaquim Pereira Monteiro, apressou-se este senhor a chamar a mãe da vítima, a sr. D. Maria de Jesus Moura, a quem largamente interrogou sobre a nossa identidade e a quem deixou transparecer a suspeita de que éramos nós o autor de tal escrito clandes-tino.

Retrouco-lhe—e bem—à interrogada que ocioso seria responder àquela pergunta, depois de, por duas vezes, e correspondente deste diário em Coimbra haver declinado neste jornal a sua identidade.

A nós cabe-nos pulverizar a insinuação do delegado do governo, declarando que quem tem ao seu dispor as colunas dum diário não necessita recorrer aos *bas-fonds* da imprensa clandestina—para afirmar o mesmo, precisamente, que a imprensa legal se tem feito de proclamar.

O *Figueirense* publicou há dias, bebado de contentamento, uma *nota oficial* pro-cedente da autoridade administrativa e subscrita com o nome do sr. Joaquim Pereira Monteiro, administrador do concelho. Por meio dela pretende aquela entidade destruir o efeito das acusações que trouxemos a público.

Sabemos que a nossa demora em respon-der às proposições contidas na tal *nota oficial* serviu já ao seu subscritor para rir um risinho triunfante na presença da mãe da vítima, a quem disse:

—O que é (o correspondente da *Bat-ha*) não é capaz de de desmentir o que ali-me na minha *nota oficial*...

Sobre tal assunto, ouvimos de novo o «chauffeur» Bento Luís de Moura, que con-firma todas as suas anteriores declarações, que constam da sua entrevista publicada em *A Batalha* de 9 de Outubro p. p.

—Mantenho tudo quanto disse—afirmou—

A BATALHA

MANCHESTER

FAIOS, sobretudo e g-bardines, não comprem sem ver e consultar os preços por que vende o DEPOSITO DE LANIFICIOS da Condição, Colmaba e Estrangeiro na

PRAÇA DOS RESTAURADORES, 13, 1.º, DIREITO
(canto, pegado ao hotel Avenida Palace)

Fatos e sobretudo executam-se em 24 horas

Manda amostras ao domicílio e Provincia.—Telefone Norte 3300.—Ascensor

GABARDINES «EAGLE».—LONDON—Exclusivo—Preços únicos

IMPORTANTE—Para os menos remediados, abriu aquela casa uma secção especial de vendas a prestações, que equivale a comprar a dinheiro.

Teatro da Trindade

TELEF. T. 978

HOJE—As 21,30—HOJE

GRANDE EXITO DA COMPANHIA

Lucilia Simões-Erico Braga

com a peça em 4 actos, de Sudermann, trad. de António Pinheiro e Ricardo Pereira

As Fogueiras de São João

Assombrosa criação de notabilíssima actriz-empresária

LUCILIA SIMÕES

Nos intervalos: Concerto pela pianista francesa YVONE LAMBERT

Venda de bilhetes sem localidade.—Fautouls (toda a plateia) e balcoões de 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º: 4000, 3000, 2000, 1000 e 500.

O mais barato e melhor espectáculo da actualidade

TEATROS

«O Homem e os seus fantasmas»

Nunca a crítica teatral foi tão unânime em elogios como a peça «O Homem e os seus fantasmas», que há três noites se representa no teatro Nacional. O esforço titânico de Alves da Cunha em montar uma peça da responsabilidade desta merece realmente os elogios dos que se interessam pelas coisas de teatro. Ficará escrito nos annos do teatro o nome de Alves da Cunha, pela formidável interpretação do papel de «O Homem».

A revista «Tarifa 1»

E' hoje que o popular teatro do Parque Mayer, o Maria Vitória, reabre as suas portas, decerto para acolher de novo o seu numeroso publico que costuma dar ao recinto uma extraordinária animação. Representa-se, pela primeira vez, a revista «Tarifa 1», original de Vitor Machado, Adriano Mendonça e João Valentim, uma nova parçaria de revisteiros; música dos maestros Carlos Calderon, Raul Portela e António Lourenço; cenários de Augusto Pina, Eduardo Reis, Mergulhão e outros scenógrafos; encenação de Rosa Mateus; estreia, neste teatro, com vários papéis de relevo a seu cargo, de Julieta Soares, gentil «divette»; o «compère», por Carlos Leal, que regressa a este teatro; Zulmira Miranda, primorosa cantora de fados e canções, etc.

MALAS POSTAIS

Pelo paquete «Filândia» são hoje expedidas malas postais para Las Palmas, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santos, Montevideo e Buenos Aires, sendo da Caixa Geral a última tiragem da correspondência às 9 horas da manhã.

TEATRO VARIEDADES

PARQUE MAYER

Companhia Maria Matos-Mendonça de Fátima

Duas sessões — As 20,30 e 21,30

Era uma vez uma menina...

Edições de «A Sementeira»

Práticas neo-maltusianas..... \$50

O sentido em que somos anarquistas..... \$30

A peste religiosa..... \$40

A liberdade..... \$50

A Internacional (música e letra)..... \$30

Pedidos a A BATALHA ou no Caixa Sodré, 82

TEATRO NACIONAL

HOJE

Telef. N. 3043

COMPANHIA

BERTA BIVAR—ALVES DA CUNHA

As 21 horas: — A representação da tragi-comédia em 4 actos e 17 quadros, de Lenormand

O HOMEM E OS SEUS FANTASMAS

Formidável trabalho de

Alves da Cunha

e

Adelina Abranches

TEATRO SALÃO FOZ

Matinée às 15 horas—Soirée às 20,45

Magnífico espectáculo de variedades

LES MAROCC

Duetistas cómicos

FABIOLA

Copl. lista-bailarina

Marty et Riant

Duetistas a grande voz

No écran—O HOMEM DE SCIENCIA (p.p.)

Concerto pela FOZ MELODY BAND

AVISO—As crianças, acompanhadas de sua família, têm entrada gratuita no teatro.

Purgações e Prostatites

Curam-se radicalmente na Farm. Ultramarina, R. de São Paulo, 101. Purgações, 4 dias. Prostatites, 21 dias. Antigas ou recentes, curam-se sempre.

Novidades literárias

CAVALGADA DO SONHO

E

TERRAS DE FOGO

— DE —

Juliano Quintinha

2.ª Edição—Escudos \$800

A' venda em todas as livrarias.—Pedidos à secção de Livraria de *A Batalha*

fronte tem o calunizador J. Gomes de Almeida que todos os leitores conhecem (e que talvez venham a conhecer melhor) está verdadeiramente estúpido. Repentinamente, como que por mágico encantamento, suspendeu a sua campanha de defesa e de engraxamento de alguns salarizados do estófo moral do seu director. Isto, não obstante prometer publicar mais algumas revelações curiosas...

Que se terá passado?

E' interessante notar também que o sr. António Amargo não disse até hoje sobre as acusações que sobre ele bolava O *Figueirense*.

Noutro número diremos da nossa razão acerca da sua contra-campanha.—C.

N. R.—A correspondência ontem publicada acerca dos amores de um D. Juan não é do nosso correspondente em Coimbra, mas de um particular amigo deste jornal. Exponhamos a verdade sobre esta declaração, ao verificarmos o lapso cometido.

ESPERANTA ANGULO

Redaktata sub la gvidado de la laborista esperantista societo «Nova Vojo»

O «Esperanta Angulo» tem saído com bastante irregularidade. A causa dela reside no facto de a colaboração que vários camaradas prometeram não ter chegado, o que obriga o camarada que colige a secção a redigi-la quasi que por completo. Se os nossos amigos esperantistas nos prestassem sempre o seu concurso poderíamos garantir uma regular publicação. Como tal coisa se não dá, faremos a diligência de, no futuro, contando unicamente com o nosso trabalho, dar, quinzenalmente, sinais de existência.

Um meio, apenas

A vida é uma batalha. Vencem os que, em concórdia, disciplinadamente, com entusiasmo, lutam segundo um plano estudado a fundo e o mais simples possível.

Nós somos «sem nação», pelo menos internacionalistas, sempre anti-capitalistas, partidários duma língua mundial, esperantistas.

Como somos «sem nação» fazemos a propaganda duma língua neutral. Como achamos que o movimento esperantista é agora a melhor força para rapidamente fazer triunfar a ideia de *Lingua Universal*, nós propagamos o Esperanto. Ele é-nos um instrumento preciso para atingir o nosso ideal. O Esperanto não é o fim da nossa acção, mas apenas um meio para atingir o nosso fim.

Se os comerciantes, militares, gendarmes, juizes, carrascos aprendem e usam o Esperanto, isso não significa que o nosso ideal se realize em breve.

Para nos convencermos da razão desta afirmação basta ler o que segue tirado do «Espero Katolika» (1). Refere-se ao sétimo congresso dos esperantistas católicos:

«Durante o congresso em Graz deverá fundar-se um fortissimo exercito internacional contra o poder da destruição cega, contra o bolchevismo materialista, a perigosa anarquia, a acção anti-religiosa da maçonaria, etc...»

Assim, os católicos já usam o Esperanto para resistirem à nossa acção, para se oporem à nossa libertação.

Como outra prova de que o Esperanto é apenas um instrumento, de que não pode ser senão um meio para se conseguirem bons ou maus fins, junte-se o seguinte:

«Durante a guerra, o governo alemão usou o Esperanto para a sua propaganda no estrangeiro. Em Paris, o comité «Pro-França» (2) recebeu dinheiro do governo francês para contrabalançar a propaganda alemã. Por conseguinte, o Esperanto foi usado pelos governos para os seus fins criminosos, vergonhosos.

Fica provado que a língua internacional não pode ser por si mesma um instrumento de libertação; mas pode sê-lo apenas nas mãos dos revolucionários.

Atmosfera burguesa

Por outro lado, pode notar-se que o neutralismo esperantista turva a visão à batalha de classes consciente. Em contacto com burgueses os revolucionários esperantistas tendem para o dandismo, para a propaganda do seu nome e outras «burgueses». E' divertido — ou deplorável — constatar que os chamados grupos operários (3) nunca esquecem, nos seus relatórios para os jornais esperantistas, mencionar os nomes do presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro, etc, etc.

E' de erer que no coração de cada «operário» dorme espírito burguês.

Por todos os motivos mencionados é necessário introduzir na nossa propaganda do Esperanto um espírito sã. Cuidemos para que o movimento pró língua universal não seja ameaçado pelos miasmas burgueses com os quais ele agora vive.

A experiência já demonstrou que as mais belas invenções, quando nas mãos dos capitalistas, em vez de auxiliarem a libertação da humanidade, servem para a sua infelicidade. Basta citar apenas um exemplo: quando os aviões conquistaram o espaço muitos ingénios disseram que aquele importante progresso anularia as fronteiras. Bem; o que se viu durante a guerra? Aquelas admiráveis máquinas de voar, em uso para a sementeira da morte sobre prósperas cidades. Crianças, velhos, doentes foram assassinados pelas bombas arremessadas por belos aparelhos, inventados para fazer desaparecer as fronteiras!

Deixemos de ser ingénios. O esperanto contrariará a guerra? Não, inteiramente não, se ele for usado pelos guerristas. Para que o Esperanto seja benéfico, ponhamo-lo nas mãos dos benfeitores.

Nunca nos descuidemos sobre a maldade da burguesia capitalista. Orientemos sem cessar a nossa acção à destruição daquela potência. Organizemo-nos conforme aquela inesquecível directriz.

(Da brochura «For la neutralismo», editada pela S. A. T.).

Trad. C. J.

UMA CINÉ-FARÇA

REVISTA DE ACTUALIDADES

AMANHÃ:

A AGUIA NEGRA

com Rudolph Valentino

TIVOLI

Telephone N. 5474

Matinée às 3 h. — Soirée às 9 h.

ULTIMA EXIBIÇÃO

O NAVEGANTE

Super-film burlesco com Buster Keaton (Pamplinas)

A Noite da Destorria

— VENDETTA —

Dramaístico com León Mithof, Charles Vanel, Sylvio de Pedrelli e Simone Vaudry

UMA CINÉ-FARÇA

REVISTA DE ACTUALIDADES

AMANHÃ:

A AGUIA NEGRA

com Rudolph Valentino

DESPORTOS

O «quilómetro de arranque»

Efectua-se hoje, pelas 13 horas, no Campo Grande, a corrida de automóveis, «Quilómetro de Arranque», promovida pelo jornal *Diário de Notícias*, sob o patrocínio do Automóvel Clube de Portugal.

Desafio de futebol

O 1.º team e o 2.º do Sporting Club Intendente, joga hoje no campo do Académico (ao Manicócio Bombarda), com iguais categorias do Imperial Sporting Club, sendo o primeiro encontro realizado às 12 horas e o segundo às 14 horas.

Hemorroidal

Curam-se evitando operação, tanto interno como externo, em 5 dias, na Farmácia Ultramarina, rua de São Paulo, 101. Receita completa, 30\$00.

Teatro Maria Vitória

TELEF. N. 3044

HOJE—Domingo—HOJE

1.ª representação da revista em 2 actos e 12 quadros original de Victor Machado, Adriano Mendonça e João Valentim

música original de Carlos Calderon, Hugo Viana, Raul Portela e António Lourenço

TARIFA 1

Estreia neste teatro da gentil actriz JULIETA SOARES reaparição do popular actor CARLOS BERNI

Montagem completamente nova—Encenação de Rosa Mateus—Direcção musical de Hugo Viana—Guarda-roupa de Castelo Branco e Empresa Materiais de Teatro.

PREÇOS POPULARES

Teatro Avenida

Telef. N. 4335

O teatro mais popular de Lisboa

HOJE, às 21,30 horas

COMPANHIA SATANELA-AMARANTE

Espectáculo sem rival em Lisboa e o único teatro que apresenta com êxito e grande, o género da comédia musical

O monumental «vaudeville»

O Dr. da Mula Ruça

Uma aldeia destruída

MOSCOW, 4.—O distrito de Alexandropol, no Cáucaso, foi ontem sacudido por um novo abalo sísmico, tendo ficado destruída a aldeia de Kapli. —(L.)

A BATALHA

"A Batalha" faz hoje curiosas relações
à cerca da moral das "forças-vivas"



A SITUAÇÃO NA C. G. T.

As Federações do Livro e do Jornal, Mobiliária e Metalúrgica pronunciam a sua atitude

Uma nota colectiva endereçada a todos os organismos sindicais e ao proletariado do país

As Federações que subscrevem esta nota reúnem-se para pautar a sua atitude perante os poucos dignificantes casos passados no Conselho Confederal, a propósito da recondução de três delegados que foram parte ostensiva no conflito que originou a dissolução do Conselho Confederal transacto. Apenas um motivo imediato as levou a encontrarem-se: é que tendo tomado todas uma igual atitude, lógico seria que todos procurassem uma saída dessa situação, também igual. Nessa reunião resolveu-se a publicação desta nota, cujo intuito é esclarecer e repor nos seus lugares, tudo quanto anda afastado.

Não nos animam propósitos divisionistas. Não pretendemos levar a sisaná a já desordenado ambiente operário. Tampouco se poderá verificar quebra ou mudança de orientação ideológica na nossa atitude.

Pretendemos, sim, marcar a nossa atitude, por uma questão de ordem moral.

Pretendemos que os vergonhosos casos passados no Conselho Confederal não sejam reeditados e, para isso, baseamos-nos apenas nas resoluções que abaixo transcrevemos.

Continuamos dentro da C. G. T., mas o que não podemos—pelo menos até futura resolução—é continuar a enviar os nossos delegados ao Conselho. Por uma questão de pirraça? Não! Por uma questão de profilia social. Como esta atitude mantemos o princípio do respeito pela disciplina sindical e não atropelamos a autonomia de outrem, embora isso nos seja assado. Poder-nos-ão dizer que nos colocamos agora em situação idêntica à que estavam os 3 organismos em questão, visto não respeitarmos e não queremos acatar as resoluções dos conselhos ultimamente realizados. A isso, objectaremos que não estamos nessas condições, visto que respeitamos e acatamos plenamente as resoluções das Federações, sancionadas, é bom não esquecer, pelo antigo Conselho Confederal e pelo novo Conselho. Autonomia, respeitamos a de todos os organismos, partindo porém do princípio de que a sombra da autonomia se não pode prejudicar resoluções tomadas por maioria—e neste caso houve unanimidade.

Respeitamos e defendemos a autonomia, mas não quando a sombra dela se pretende saltar sobre casos imorais; defendemo-la e respeitamo-la, mas não concebemos que escudados nela, se prejudique, se atropela a disciplina sindical.

E cremos que em matéria de sindicalismo, as resoluções tomadas por maioria devem ser respeitadas, a bem da disciplina sindical, a ela se devendo curvar a autonomia sindical, a bem da unidade da acção a desenvolver.

E é isto precisamente que se dá neste caso. As Federações tomaram resoluções aprovadas por uma grande maioria. O Conselho Confederal sanciona-as por unanimidade.

Há organismos que agora discordam? Embora. Não têm, porém, o direito de impor e fazer prevalecer o seu critério e o contrário disto é a negação dos mais rudimentares princípios do sindicalismo.

Julgamos que ninguém pretende jogar, em última instância, com a autonomia dos organismos, porque se assim fosse, teríamos que os organismos que aprovaram e continuam defendendo as resoluções a que atraz aludimos, também têm a sua autonomia e mostram-se ciosos dela, com a vantagem de estarem integrados no espírito da disciplina sindical.

Pósto isto à guisa de preâmbulo, passamos a relembrar o que se passou na reunião das Federações.

A atitude das Federações perante a situação na C. G. T.

Da reunião das Federações saíram as seguintes resoluções, sancionadas pela quasi totalidade dos organismos com representação na C. G. T.:

1.º Propor aos organismos representados na C. G. T. a imediata substituição dos seus delegados actuais;

2.º Nomear dentre os delegados que não tomaram parte no debate, 5 membros que constituirão uma comissão para dar cumprimento às resoluções deste conselho, despacho ao expediente confederal e atender aos interesses dos presos junto do conselho jurídico;

3.º Esta comissão, logo que esteja de posse de todos os elementos, convocará o novo conselho e ali deporá o seu mandato.

4.º Que nenhum dos actuais delegados que tenha tomado partido por qualquer contendor e fomentadores da grave questão em trânsito, volte a fazer parte do novo conselho.

5.º Enquanto se não constituir o novo Conselho, a administração de A Batalha ficará a cargo do seu chefe.

6.º Igualmente a redacção será dirigida colectivamente pelos actuais redactores.

7.º Tanto a redacção como a administração ficam sujeitas ao controle e orientação da comissão a nomear.

Estas deliberações foram depois apresentadas ao Conselho Confederal que as sancionou por unanimidade.

A diversa atitude de vários delegados

Deixaram, pois, de ser resoluções das Federações para passaram a ser resoluções de um Conselho Confederal, e é isto que muita gente tem, talvez propositalmente, esquecido.

É como um delegado pelo menos,—Silva Campos—assistiu à reunião desse Conselho, bem como à reunião das Federações é conveniente avivar-lhe a memória acerca das afirmações, por ele feitas, conforme consta da acta da reunião das Federações da qual passamos a transcrever algumas passagens.

«Se estorvo é a minha volta e a de M. J. Sousa para a C. G. T., dou-vos a minha palavra que não voltaremos lá».

«Não é aceitável a dissolução do Conselho

lho, mas está bem que se substituam os delegados não indo a minha Federação contra este critério».

Comparem-se estas palavras com os actos e veja-se se podemos ter em consideração quem assim procede.

Estava ou não este delegado abrangido pelo n.º 4 do documento aprovado?

Artur Aleixo de Oliveira está nas mesmas condições. Apoiou as palavras de Silva Campos e, contudo, tem o impudor de voltar novamente ao Conselho Confederal, depois de ter votado as resoluções acima no dito Conselho.

Acaso não estará também envolvido na questão conforme o estabelece o aludido n.º 4?

Fernando de Almeida Marques votou igualmente as resoluções no Conselho Confederal. Além disso, fizeram-lhe acusações graves: pretendeu, à frente de um grupo de indivíduos, e à mão armada, assaltar a redacção de A Batalha para expulsar de lá o seu, então, director.

Estes casos gravíssimos não merecem também honras de um inquérito? É evidente que sim. Logo portanto por um rudimentar princípio moral não devia tomar parte do novo Conselho Confederal, pois está em circunstâncias análogas às de outros delegados que foram alvo de acusações. A par disto nas últimas reuniões dos conselhos confederais verificou-se—como é notório—uma profunda incompatibilidade moral entre estes delegados e os restantes.

Respeitou-se a autonomia sindical e o estatuto da C. G. T.

Têm muitos camaradas, a propósito destas deliberações, jogado com o estatuto confederal dizendo que as Federações o atropelaram. Simultaneamente afirmam que se pretendeu ou pretende desrespeitar a autonomia sindical.

Entendamo-nos: O § 2.º do estatuto confederal diz o seguinte: «Qualquer das secções ou o Conselho Confederal quando reconheçam em algum dos seus delegados falta de assiduidade, incompetência, incompatibilidade moral ou tendências para o desvio dos objectivos da organização, demitirão-o e participará ao organismo que ele representa o motivo da sua demissão».

Onde está pois o atropelo dos estatutos? Não querendo já falar nas resoluções tomadas na reunião das Federações—que foram sancionadas pela U. S. O. de Evora—conforme seu ofício de 11 de Agosto do corrente ano, e reportando-nos simplesmente à reunião do Conselho Confederal que as sancionou por unanimidade, temos, que houve uma resolução tomada «legalmente», pois que foi tomada por todos os delegados no pleno uso da sua missão.

Ora como assim sucedeu, como é que se pretende desrespeitar a autonomia sindical? É, ainda, se nenhum conselho confederal se reuniu para reconsiderar as resoluções tomadas no último conselho, tanto mais que o primeiro novo conselho igualmente se guiou por aquele critério, não há, portanto, o direito de se impor o que não foi revogado, isto coerentemente com a autonomia e a disciplina sindical.

As intenções das Federações discordantes no actual conselho confederal

Ao tomarmos parte na primeira reunião do novo conselho confederal, realizada em 12 de Novembro último animávamos-nos de facto o desejo de contribuir eficazmente para o saneamento da moral revolucionária da central operária, que tão abalada havia saído das reuniões do pretérito conselho, mas, de modo algum, poderíamos, em nome da coerência e mandato dos organismos que representamos e que haviam aceite os pontos de vista das reuniões de Federações, adoptar atitudes que, porventura, fossem contrárias a essas resoluções e, portanto, colocar-nos em falsa posição, não só perante a nossa consciência, como também perante a opinião proletária, que tendo seguido a marcha dos acontecimentos, estranharia que, como *bons amigos*, consentíssemos, em continuar acamardando com indivíduos que tendo-se colocado em manifesta atitude de personalismo, contribuíram, por certo, para o esfalecimento total do pouco que resta da organização operária portuguesa.

Assim, ao ser presente a moção da Federação Ferroviária, em que se nega todo o trabalho das reuniões de federações, sob o pretexto de respeito pela autonomia dos organismos, e tolerância para com indivíduos que se haviam incompatibilizado moralmente com o anterior conselho, e por esse mesmo facto, trariam para este reminiscências dos sucessos passados, porquanto as causas que haviam determinado os acontecimentos dessa data subsistiam pelo estado latente do conflito que agora teria o seu epílogo na apreciação do inquérito a Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa, para cujo lado tendiam os indivíduos em questão, dando-lhe assim o aspecto de parcialidade, que colocaria de novo o conselho confederal em situação semelhante ao anterior,—levantamos o nosso energético protesto, consubstanciado na moção da Federação do Livro, do Jornal e Similares.

A estranha atitude de vários organismos sindicais

Apontámos a estranheza que nos causava a atitude dos organismos que, não havendo anteriormente protestado, tendo até a União dos Sindicatos de Evora concordado, contra os trabalhos das reuniões de federações, reconduziram aqueles indivíduos, e isto por motivo de, a sua sistemática resolução de agora oferecer o aspecto de uma imposição ao novo conselho, depois da comissão administrativa da C. G. T. ter feito sentir aos organismos o que havia de perigoso numa resolução desta natureza.

Demonstrámos ainda a falta de escrúpulo daqueles delegados ao aceitar os mandatos que antecederam a sua nomeação para serem compatíveis com as resoluções tomadas nas

reuniões de federações, e mostravam o intuito de menosprezar as mesmas e bem assim a autonomia dos organismos que as haviam tomado, e sobretudo porque, formando a defesa dum dos contendores do conflito suscitado no anterior conselho, estavam automaticamente abrangidos no n.º 4 das citadas resoluções.

Não serão estes factos suficientemente demonstrativos da situação anormal em que esses delegados estavam colocados?

Na primeira sessão, após larga discussão, e ante a demasiada tolerância de alguns organismos que renegaram os compromissos tomados e outros que nem sequer se haviam interessado pela questão, foi aprovada a moção da Federação do Livro e do Jornal, suspendendo os delegados Aleixo, pela União dos Sindicatos de Evora; Manuel da Silva Campos, pela Federação de Calçado Couros e Peles, e Fernando de Almeida Marques pelo Sindicato dos Mineiros de S. Domingos, os três indivíduos a que vimos referindo-nos, tendo-se estes organismos, consoante aconselhava a dignidade própria, uma vez que eram os atingidos, absteído de votar. Na sessão que se seguiu, em 17 do mesmo mês, voltaram os próprios organismos, por intermédio dos co-delegados dos atingidos, a levantar a questão, sob o pretexto de que os organismos já se haviam pronunciado, o que foi por nós contestado baseando-nos em que, não havendo reunido as assembleias ou conselhos federais, aquelas ratificações não eram normais e portanto necessitavam, de novo, que delegados da C. G. T. fossem junto dos organismos demonstrando-lhes as inconveniências de tais reconduções, que iriam levantar novos atritos no seio da organização.

Confiados no processo que tinham assentado para fazer passar a sua resolução, deixaram que o assunto se arrastasse até à terceira sessão em que poderiam abrir caminho mais leal a uma resolução harmónica,—moções de Gonçalves Vidal e Alberto Monteiro—foi apresentado por Castelhan, dos Ferroviários: uma moção de ordem em que, para e simplesmente, o Conselho Confederal reconsiderava sobre a sua primeira resolução, e aceitava os ditos indivíduos, como delegados. E o processo a que acima aludimos era simples.

Os co-delegados desses indivíduos, quebrando a linha de conduta digna, que haviam firmado na sessão de 12, votaram a moção de Castelhan, sendo curioso destacar destas votações, a dos Mineiros de Aljustrel que, juntamente com os de S. Domingos, representam no C. G. T. os mineiros de todo o país, passando a ter dois votos, uma vez que, não votando o de S. Domingos e votando o de Aljustrel, assim o demonstraram; e ainda a da Federação Rural, ao fazer voto nulo, com a participação de Silvino Noronha, afastado do conselho pelo organismo de cuja profissão é federado, por muitos afazeres, segundo declaração dos novos delegados do mesmo, na primeira sessão, e que agora pôde afazer-se à delegação dos Rurais para anular um voto que esta Federação tinha dado aos trabalhos das reuniões de federações.

E quantos casos semelhantes a estes se produziram nas sessões do conselho, e que julgamos ocioso estar a descrever? Quantos! A exemplificar:

Na primeira sessão depois da votação da F. L. J. e Similares, Almeida Marques, dos

Mineiros de São Domingos, lê ao C. C. a declaração de que estes cortavam as suas relações com a C. G. T. e requeria um inquérito à acção do seu delegado.

Pois na última reunião do conselho, ao ser nomeado para determinado cargo, esse indivíduo esqueceu o inquérito à sua pessoa e aceita imediatamente o encargo de servir a organização operária.

Outro caso: Já no documento aprovado na primeira sessão, já na segunda, os delegados destas federações haviam defendido e proposto o envio de delegações junto dos organismos cujos delegados eram visados a fim de se esclarecer acerca das resoluções tomadas, o que não foi aceite; porém após a retirada dos nossos delegados, imediatamente foi votado um documento, ainda de Castelhan, para que o mesmo trabalho fosse realizado junto de nós.

Como explicam esses camaradas semelhante dualidade de critério?

Em volta da eleição dos corpos directivos da C. G. T.

Ainda mais: Quando, no final da segunda sessão, se devia passar à nomeação dos corpos directivos da C. G. T., levantaram-se em alta grita os delegados dos citados indivíduos, protestando que isso era um atropelo à lei orgânica porque estavam fora do conselho três camaradas, cuja situação tinha que ser definida antes da dita nomeação. Mas na última sessão, já com estas três federações sem representação ali, puderam nomear-se esses corpos e ainda o mais sintomático é que nem sequer a lista que a C. A. da C. G. T., elaborou na qual estavam incluídos membros destas federações, e, portanto, uma mais larga representação por indústrias, foi votada, porque um dos delegados dos Mineiros apresentou uma outra em que iam incluídos os ditos indivíduos.

Representa ou não, isto, como que um desafio, lançado em rosto de classes que tão simplesmente pretendiam levantar a boa moral da organização?

Por último ocorre-nos perguntar qual a intenção havida na indicação dos três indivíduos visados para os corpos directivos da central operária?

Continuar na senda trilhada até aqui por esses e outros indivíduos é cavar mais fundo e talvez irremediavelmente a ruína total do movimento operário e é no sentido de o evitar que terçamos armas neste pleito que procuraremos levar a cabo, ainda que passando por cima de personalidades que podem ter muita influência, mas que não julgamos bastante para sobrepujar a Verdade e da Razão.

Algumas palavras ao proletariado

Estas as razões capitais; outras, talvez de menor vulto, tiveram a sua influência neste incidente; porém, essas, a seu tempo, serão esclarecidas juntos dos nossos federados e do proletariado em geral, cuja atenção chamamos para que se aperceba da maneira como os seus interesses são tratados, e para esclarecimento de verdades, que podem porventura magoar o sentimentalismo das massas proletárias, mas constituem os ensinamentos do sindicalismo revolucionário. —Federação do Livro, do Jornal e Similares, Federação Mobiliária, Federação Metalúrgica.

Vida Sindical

C. G. T.

Comissão Administrativa

Reúne amanhã, pelas 21 horas, a Comissão Administrativa.

Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e Solidariedade

Reúne na próxima terça-feira para prosseguimento dos trabalhos em trânsito.

Câmara Sindical do Trabalho
E DE LISBOA

Comissão de crise e horário de Trabalho

Reúne na próxima terça-feira, pelas 21 horas.

Convocações

REUNEM HOJE

Federação Corticeira Nacional. — Pelas 19 horas, o Conselho Federal deste organismo, na sua sede em Mutele, para em definitivo ser apreciada a resposta da circular da Federação aos organismos federados, sobre crise e desenvolvimento da indústria.

É indispensável a comparência de todos os delegados à hora indicada.

REUNEM HOJE:

Compositores Tipográficos. — A assembleia geral, pelas 14,30, para continuação de trabalhos.

Pessoal do Município. — Pelas 11 horas, os secretários nomeados na última assembleia geral.

DIAS PRÓXIMOS

S. U. C. Civil. — Conselho Técnico. — Amanhã, pelas 20 horas, o conselho fiscal, para verificação de contas do mês findo.

S. U. Metalúrgico. — Comissão pró-Metalúrgica. — Amanhã, pelas 20 horas.

Federação da Alimentação. — Amanhã, pelas 20 horas, a comissão executiva. Manipuladores de Pão. — Amanhã, a comissão administrativa.

Sindicato Unico Metalúrgico. — Reúne novamente em assembleia geral na próxima terça-feira pelas 20 horas, para continuação dos trabalhos suspensos na última assembleia.

"A jornada de seis horas"

A abundância de original impede-nos hoje a publicação do interessante estudo de Diego Abad de Santillana. Recomeçamos essa publicação na próxima terça-feira, convencidos de que os leitores não ficarão molestados por uma circunstância bem vulgar como a falta de espaço.

Tribunal de Desastres no Trabalho

Neste Tribunal realizaram-se ontem os seguintes julgamentos:

Ernesto Rodrigues de Azevedo, estudante, contra a Companhia de Seguros A Mundial, que foi condenado a pagar ao sinistrado a quantia de 591\$92 correspondente a 2/3 do seu salário durante 56 dias de incapacidade para o trabalho; Maria da Conceição Ferreira e Joaquim Fernandes, representantes dos menores Maria e Manuel, filhos do sinistrado Joaquim Milheiro, que morreu vítima de um desastre no trabalho quando ao serviço da firma Angelo Maria Vieira Borges, que foi condenada a pagar ao requerente Joaquim Fernandes, avô dos menores, 40% do salário de 7\$00 nos termos da alínea c) do artigo 9º do decreto 5637; Maria da Luz mãe da sinistrada Maria Elena contra Joaquim Cesar Paiva, que foi absolvido por se provar que a autora não estava abrangida pela alínea d) do art. 9º do mesmo decreto.

No próximo dia 10 do corrente realizam-se os seguintes julgamentos:

João Moraes, cabouqueiro contra José Dionísio Nobre; Francisco Tavares, operário da fábrica da louça de Sacavem, contra a Companhia «La Preservatrice»; José Rodrigues Borba, descarregador, contra a «Mutualidade Portuguesa»; Jaime Faria, oficial da marinha mercante, contra a Companhia de Seguros «Lex».

Admirável "saída" de um velho socialista

BERLIM, 4. — Segundo os jornais, o velho chefe socialista italiano Treves, condenado a deportação pelo governo de Mussolini, conseguiu fugir para a Suíça, tendo os fascistas saqueado e demolido a residência daquele chefe da oposição italiana. O órgão socialista *Avanti!* vai ser transferido para Paris, onde será publicado semanalmente.

O papel da vontade humana no "processus" histórico

Carl Marx ensina-nos que o desenvolvimento do capitalismo criou uma classe, o proletariado, cuja missão histórica é de fazer desaparecer a burguesia como classe dirigente. Mas, para que o proletariado possa desempenhar essa missão, é necessário que os operários se organizem por cima de fronteiras; é preciso que eles tomem consciência da sua unidade de classe e que se desembarcem dos seus preconceitos nacionais. É preciso também que os seus guias tenham uma visão clara do fim a atingir.

Os verdadeiros revolucionários não podem ser fatalistas aguardando na inação que o capitalismo se esmague sob o peso dos seus crimes. A vontade concertada das minorias trabalhando no sentido da evolução histórica apressa esta revolução acarretando soluções adequadas aos problemas concretos que surgem diariamente. A parte consciente da classe operária trabalha já para criar as instituições susceptíveis de se adaptar às novas condições económicas. E as diferentes organizações operárias internacionais têm por principal objectivo reunir num mesmo bloco todas as vontades dos que compreendem a necessidade de destruir o regime capitalista.

Em todos os domínios, a vontade do homem extrai a ordem do caos. Ora nós estamos em pleno caos linguístico. Contam-se, neste momento, cerca de 800 línguas faladas à superfície do globo, deixando de lado as variedades dialectais. Todos os militantes operários têm mais ou menos tocado o obstáculo que se ergue entre eles e os seus irmãos de luta por motivo da diversidade de línguas. O estorpiamento dos tradutores e dos intérpretes é um mal que não traz a verdadeira solução do problema. A necessidade dum língua comum a todos os proletários do mundo faz-se sentir em cada dia. Não faltam provas em apoio desta asserção. Citarei, somente, uma, colhida no «Boletim da Federação Internacional dos Operários do Transporte» (n.º 10, Outubro, 1924):

«Não esqueçamos o enorme dispêndio de energia, de tempo e de dinheiro que reclama, actualmente, a actividade do nosso secretariado. O nosso boletim de informação publica-se em francês, alemão, inglês, espanhol e a edição sueca aparecerá em breve. As nossas comunicações à imprensa aparecem em francês, alemão, inglês e sueco; todas as nossas publicações são editadas pelo menos em três línguas, às vezes em quatro, cinco ou seis. O secretário correspondente (alemão em esperanto) em francês, alemão, inglês, sueco, italiano, espanhol e holandês... Nas reuniões dos nossos órgãos directores, as traduções são feitas em francês, alemão, inglês, espanhol e italiano; nos nossos congressos, além destas, em sueco.

«Sabéis calcular o que isto representa? E já pensastes que, por muito perfeita que seja a tradução, um discurso traduzido perde sempre muito da sua ênfase e poder persuasivo? Sem falar ainda da possibilidade de traduções inexactas, de resumos demasiado sucintos e de inúmeros mal-entendidos que podem surgir quando alguém, que não seja o próprio orador, deva transmitir o seu pensamento aos auditores numa língua diversa daquela em que o mesmo foi expresso.

«Estas são dificuldades com que nos debatemos actualmente e que, sem dúvida alguma, tendem a aumentar ainda. Seria dum vantagem inapreciável para os nossos trabalhos, um benefício para toda a classe operária, se fosse possível criar o contacto recíproco, de viva voz e por escrito, por intermédio dum língua única».

Pois bem: nós mostraremos que bastaria um acto de vontade da parte das organizações operárias internacionais para que essas dificuldades desaparecessem. Bastaria uma decisão análoga à do Congresso Internacional dos Electricistas, em 1881, que adoptou o sistema de unidades C. G. S.; ou, ainda, como a do Congresso Internacional de Química que, em 1889, adoptou um sistema de nomenclatura da química orgânica.

Mostrámos acima que o *processus* histórico conduz à unidade linguística mundial. Os que costumam raciocinar, segundo a dialéctica marxista reconhecem facilmente este facto. Entretanto, certos camaradas inclinam-se a crer que isso se produzirá por uma espécie de jogo cego da evolução das línguas. Consideram eles como utópico o desígnio de instituir uma língua artificial, da qual devam ser banidos os absurdos gramaticais que se encontram com abundância em todas as línguas ditas naturais.

Esta opinião resulta, decerto, dum erro—erro ainda espalhado agora e referente à natureza da língua. Com efeito, admiti-se durante muito tempo que as línguas são organismos vivos. Por conseguinte, pretender criar um idioma artificial seria uma empresa quimérica. Uma tal criação não poderia ter mais vitalidade que o *homunculus* de Faust.

Mas, hoje a linguística pune esse erro: «Uma língua é uma instituição social tradicional. A vontade humana intervém sem cessar na linguagem. A escolha dum idioma comum, como o francês, o inglês ou o alemão provém de actos voluntários. Uma língua como a «língua nacional» norueguesa foi criada, sobre a base dos dialectos noruegueses, por uma escolha arbitrária de elementos e não representa qualquer dialecto local definido... Não é pois absurdo, nem excessivo procurarmos extrair das línguas europeas o elemento comum que elas contêm para daí fazer uma língua internacional» (A. Meillet).

Antes de levar mais longe a nossa exposição, pedimos ao leitor que note os pontos seguintes já aqui demonstrados: 1.º o movimento para a adopção dum língua internacional propaga-se no sentido do *processus* histórico; 2.º uma língua é uma instituição na qual a vontade do homem intervém; 3.º não é irracional encerrar a instituição dum língua internacional imposta por uma decisão das organizações operárias que dela sentem necessidade.

Mostraremos a seguir que existe uma língua internacional, cujo estudo é acessível a todos os operários e que, além disso, está largamente espalhada pelo mundo.

Pacifismo à inglesa curto...

LONDRES, 4. — O almirante encomendado a casa Vickers a construção de três submarinos.—(L.)

No regime capitalista

Inglêses e alemães entendem-se sobre questões comerciais

LONDRES, 4. — Reuniu-se hoje a conferência dos representantes das indústrias britânicas e alemãs, sendo no final da sessão publicado o seguinte comunicado:

«Os delegados alemães apresentaram à discussão o problema das tarifas alfandegárias, que foi considerada prematura, sendo unanimemente aprovado que se torna necessário um grande trabalho de preparação. Foi igualmente aprovada a necessidade de estabelecer uma classificação comum, devendo nesse sentido ser feitas as devidas representações aos dois respectivos governos. A conferência concordou em que os subsídios governamentais concedidos a qualquer indústria são prejudiciais ao comércio internacional. Os peritos da conferência estabeleceram um plano de subsídios desejáveis e indesejáveis, que será apreciado pela conferência. A conferência iniciou o debate sobre as sugestões a fazer aos seus respectivos governos, para que sejam iguais os impostos industriais que incidam sobre as firmas dos dois países, estabelecidas na Alemanha e na Inglaterra. As duas partes discutiram também a questão das feiras comerciais, tendo em vista chegar a uma política comum».—(L.)

As aflições dos franceses

PARIS, 4. — O *Paris Midi* escreve hoje que a questão económica não deve ser adiada e que a votação do orçamento do Estado esteja aprovada antes do Natal. Este resultado seria magnífico, mas falta fazê-lo sentir ao país, fazendo para os perigos crescentes do problema do franco, que amanhã será uma crise económica. É necessário evitar a paragem da produção e o consequente desemprego que o público terá de suportar se uma obra de revalorização não for levada a efeito, perdendo-se os resultados tão penosamente alcançados nos últimos tempos.—(L.)

Reformismo para bem do burguês

PARIS, 4. — Eventual pelo *Matin* sobre uma crise eventual de «chômage», o sr. Joubaux, secretário geral da C. G. T., declarou que uma tal crise nunca atingiria em França a amplitude e a acuidade de semelhantes crises na Alemanha e na Inglaterra, e preconiza, especialmente, um ponto final definitivo na introdução da mão de obra estrangeira em França, e o repatriamento progressivo de certo número de operários estrangeiros.—(H.)

Uma milionária na miséria

PARIS, 4. — A ex-milionária americana Deguire White suicidou-se na povoação de Chatou, no departamento do Seine-et-Oise, onde vivia na maior miséria. A ex-milionária vivia separada do seu segundo marido, um artista americano que se supõe estar actualmente em Londres, e o seu primeiro marido, o milionário americano Harbough, habita em San Diego.—(L.)

Navegação aérea

LONDRES, 4. — Está sendo negociado com o governo francês o estabelecimento dum linha de navegação aérea entre Southampton e Cherbourg.—(L.)

Luta de classes

Ao pessoal da Companhia Portuguesa de Pesca (Olho de Boi)

Prevenção do Sindicato Unico Metalúrgico

A Comissão Administrativa do Sindicato Unico Metalúrgico previne todos os metalúrgicos ao serviço da Companhia Portuguesa de Pesca (Olho de Boi) de que já se avistou com a respectiva direcção por duas vezes e volta a avisar-lhe amanhã, a fim de tratar das passagens por conta da Companhia. Convida-se o pessoal a passar por este sindicato depois de amanhã, pelas 17 horas, para lhe ser participado o resultado das diligências.

O horário de trabalho e os Empregados no Comércio e Indústria

As comissões de melhoramentos e administrativa do Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria de Lisboa avisaram-se com o novo titular da pasta do Comércio, a quem entregaram uma representação sobre a manutenção do horário de trabalho e um protesto contra o pedido da Associação dos Revendedores de Viveres a Retalho para que seja modificado o regulamento do horário do trabalho.

O referido ministro prometeu interessar-se pelo assunto, garantindo que faria justiça às pretensões do Sindicato.

Manuel Maria de Sousa

Deve falar hoje sem falta com Carvalhal às 21 horas, no Salão da Construção Civil

Solidariedade

Realiza-se hoje, pelas 21 horas, no salão de festas Construção Civil, calçada do Combro, 38-A-2.º, a festa de homenagem a Domingos Gonçalves, militante dos Manipuladores de Pão, na qual toma parte o Grupo Dramático Solidariedade Operária, subindo à cena o drama em 3 actos «Gatunos de Luva Branca» e a comédia em 1 acto «Pecado de Simônia».

A comissão lembra a todos os manipuladores de pão e ao proletariado em geral o dever de auxiliar este camarada que a causa dos trabalhadores tem dado o melhor do seu esforço e da sua saúde. Mais lembra a comissão a todos os camaradas e Sindicatos que tenham bilhetes, de fazer hoje a sua liquidação no local da festa.

ASSINEM Os mistérios do Povo